



3572 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)
GT 11 - Política de Educação Superior

AÇÕES AFIRMATIVAS PARA INDÍGENAS NA UEMS: INSERÇÃO DOS/DAS EGRESSOS/AS NAS ÁREAS DE FORMAÇÃO

Beatriz dos Santos Landa - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

Agência e/ou Instituição Financiadora: FUNDECT

Este artigo apresenta dados referentes aos egressos e egressas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS, instituição que possui política de ação afirmativa para ingresso de indígenas prevista em legislação estadual desde o ano de 2002, e implantada na instituição por meio de cotas de 10% em todos os cursos de graduação, destacando a trajetória destes/as estudantes pelo ensino superior, e os desafios sempre presentes neste espaço de tensão vivenciados por este segmento da comunidade universitária, com seus processos hegemônicos de produção do conhecimento que desvalorizam, não reconhecem e desconhecem saberes advindos de outras matrizes epistemológicas. Por meio da análise de dados provenientes da Diretoria de Registro Acadêmico/DRA e do Programa Rede de Saberes, as informações apontam que de 2007 a 2017 graduaram-se 196 indígenas em cursos de licenciatura, bacharelados e tecnológicos nas diversas áreas do conhecimento. O acompanhamento posterior à graduação, aponta que em torno de 85% estão atuando em sua área de formação e impactando suas comunidades e os demais ambientes por onde circulam profissionalmente construindo processos interculturais.

Palavras-chave: Egressos e egressas. Indígenas. Pós- formação. UEMS.

Introdução

Vista como um marco fundamental na garantia e mobilização para a conquista de direitos que foram sistematicamente negados, marginalizados e desconsiderados para os povos indígenas, a promulgação da Constituição Federal de 1988 abriu caminhos para que emergissem demandas reprimidas, como o acesso ao ensino superior, com vistas a contribuir para os projetos societários de cada povo, está atrelado ao reconhecimento pela Carta Magna dos direitos diferenciados aos povos indígenas, e no ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional assegurou no artigo 32, o uso “das línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”, que originaram uma mudança paradigmática na condução nas lutas por educação, saúde, sustentabilidade, etc., que forçaram o Estado brasileiro a promover mudanças na legislação que respeitasse os direitos originários e identitários. Estas conquistas previstas nas leis máximas, aliadas às reivindicações dos movimentos, indígenas com apoio de seus aliados, promoveram a superação da educação escolar integradora, homogeneizadora e etnocêntrica (NASCIMENTO, URQUIZA, 2015).

Assim, à reivindicação pelo reconhecimento e demarcação dos territórios tradicionais alia-se o movimento em busca da implantação/ampliação/consolidação de uma educação escolar indígena em todos os níveis, pois esta passa a ser compreendida tanto pelas lideranças tradicionais, quanto pelos mais jovens que cada vez mais convivem com a sociedade envolvente, como mais um espaço para a

garantia e fortalecimento dos seus projetos identitários e de futuro. Estes reconhecem a importância da formação em nível superior para a construção de projetos societários mais condizentes com as demandas de cada povo, e exigem das instituições de ensino superior a abertura de processos que garantam o acesso ao ambiente acadêmico com vistas a democratização do acesso em todos os níveis educacionais (MATO, 2010). Atualmente, estão matriculados no ensino superior em torno de 30 mil indígenas que ingressam por meio de diferenciados processos seletivos, que continuam sendo efetivadas aquém das demandas e reivindicações dos povos que lutam pelo ensino superior.

No MS, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei Estadual nº 2589, de 26 de dezembro de 2002, e após intensas discussões internas na instituição foi aprovado no ano de 2003 pelos conselhos superiores o índice de 10% de todas as vagas em cada curso ofertado para indígenas (UEMS, 2003). A primeira turma ingressou na instituição em 2004 com 64 indígenas matriculados, em 2018 há 378 estudantes indígenas. A permanência nas instituições superiores ainda é um grande desafio, pois a evasão nos cursos, aliados à repetência nas disciplinas, indicam que além dos fatores econômicos, fatores pedagógicos, culturais, sociais, étnicos e individuais (LANDA, 2013) interferem significativamente nos dados deste nível de ensino. A prática universitária hegemônica mantém-se reconhecendo um único saber considerado “válido universalmente”, “verdadeiro e aplicável em qualquer tempo e lugar”, e um Outro saber considerado de segunda classe, caracterizada como étnica, popular, local ou “particular” e “não-universal” (MATO, 2009).

Trajetória acadêmica e inserção profissional

Por meio da análise de dados provenientes da Diretoria de Registro Acadêmico/DRA e do Programa Rede de Saberes^[1], verifica-se que entre 2004 a 2017 graduaram-se 196 indígenas em cursos de licenciatura, bacharelados e tecnológicos nas diversas áreas do conhecimento. Os/as egressos/as são majoritariamente da etnia Terena, seguidos pelos Guarani e Kaiowá, com representantes dos povos Kinikinau, Kadiweu, mas também de outros estados como Desana, Baré, Tuyuca que se deslocaram para o MS em virtude da aprovação pelo SISU. Anteriormente, também ingressavam alunos de outros estados, mas representavam menos de 1% do corpo discente indígena, enquanto atualmente são 8%, sendo que no curso de Medicina, dos 20 estudantes somente um é de MS, enquanto os demais são provenientes da região nordeste (78%). Um dos estudantes, perguntado por que optara por cursar Medicina no MS, quando a oferta deste curso nos estados desta região é qualificada, respondeu que “...o pessoal do sul e sudeste concorre por essas vagas disponíveis, aumentando a nota de corte, o que me obrigou a procurar em outros estados pelo curso”. Este depoimento indica o projeto societário em relação ao ensino superior que os povos indígenas optaram para superar e transgredir epistemologicamente a exclusão deste (e de dos demais) nível de ensino aos quais foram historicamente relegados, que faz com jovens se desloquem de seus territórios para que tenham acesso à formação que atenderá ao conjunto dos povos indígenas numa perspectiva emancipatória.

Entretanto, esta não é a justificativa para a maioria dos/as estudantes provenientes de outros estados, como W.J. que veio pela “... oportunidade de ingressar numa faculdade pública, no Amazonas a quantidade de pessoas querendo a mesma coisa era muita grande”, assim como F.G. que já havia tentado ingressar pelo vestibular algumas vezes até que obteve a aprovação pelo SISU. Todos os depoimentos apontam em comum a ação afirmativa das cotas em vigor na UEMS desde 2003, e por ela ser pública e pela oportunidade de seguir carreira profissional almejada.

A conclusão da graduação impacta a vida pessoal, familiar, e comunitária, especialmente na reafirmação, construção e fortalecimento dos processos identitários e a apropriação/uso/vivência dos saberes indígenas que foram mobilizados no ambiente universitário nos quais estes são subalternizados, segregados e desvalorizados e considerados antagônicos aos conhecimentos ditos “científicos”.

Alguns estudos tem investigado como estudantes de origem popular conseguem obter êxito escolar e ascender socialmente (XYPAS 2014, 2017) considerando que o aparato existente na maioria das instituições de ensino superior ainda apresenta pouca abertura para compreender e aceitar a diversidade ocasionada por meio da implantação das políticas de ações afirmativas, e que vem transformando ainda lentamente o ambiente universitário, ao ingressarem pessoas negras, indígenas, do campo, entre outros. Ainda persistem práticas anti-democráticas, meritocráticas, discriminatórias, racistas e preconceituosas, que são verbalizadas por aqueles que vivenciam situações

constrangedoras, por serem consideradxs “diferentes”, sendo algumas veladas e outras evidenciadas com a arrogância de quem se compreende superior, gerando sofrimento extremo que mina as resistências e muitas vezes os fazem desistir do curso. Como destacado por Cohn (2016,p. 20) é necessário “...reconhecer a capacidade que estes estudantes têm de responder àqueles sofrimentos.”

A decisão de permanecer em ambiente considerado hostil para a maioria dxs indígenas, especialmente no ano de ingresso, pode ser tomada ao “Receber um conselho estratégico num momento oportuno na trajetória do estudante, permitindo-lhe aproveitar uma oportunidade, como mudar de estabelecimento, obter uma bolsa...” (XYPAS 2017, p.6), e na UEMS pode ser citado o exemplo de um estudante de Física (E.L) que após as primeiras provas em que as notas foram abaixo da média, enviou e-mail para um dos professores do curso dizendo que iria desistir. Este respondeu ao e-mail incentivando- o “a continuar, pois no início era difícil mesmo, que seria necessário estudar mais, fazer grupos de estudo, perguntar mais em sala de aula,...”. A resposta do docente ao e-mail, foi o elemento que fez com que este permanecesse no curso, se tornasse um dos melhores alunos, ministrando aula para os demais colegas não índios, sendo um dos poucos discentes do curso que concluiu no tempo mínimo de integralização. Esta atitude do docente em reconhecer os desafios para os ingressantes ao ensino superior rompe com os processos hegemônicos que criam/mantém/reproduzem uma superioridade do corpo docente que produzem fronteiras e distanciamentos em relação aos discentes, ou como afirmam Calderoni e Marques (2016, p.310) “... muitas vezes se enclausuram em métodos defasados de ensino, engessando uma perspectiva conteudista que lhes proporciona conforto e perpetuam posicionamentos férteis para o desenvolvimento e a manutenção do preconceito”, resultou em possibilidades mais consistentes da permanência, corroborando “um sucesso escolar estatisticamente inesperado”. (XYPAS 2014, p.12).

Assim, além dos apoios acadêmicos, pedagógicos e financeiros são necessárias ações envolvendo afetividade e demonstração de interesse pela situação do Outro, onde o acolhimento é considerado fundamental para esta permanência , pois grande parte deste alunado está distante de sua família, de seu território, de seus hábitos e costumes, e tem que aprender a manejar muito rapidamente códigos estranhos que constituirão sua trajetória acadêmica, conforme verbalizado pela aluna J.F. do curso de Letras que em sua banca de TCC afirmou: “No primeiro mês eu não entendia nada do que os professores estavam falando. Parecia outra língua”, o que corrobora a magnitude do esforço que estes/as estudantes indígenas empenham para concluir a graduação.

Os 196 concluintes de 2004 a 2017 na UEMS, são portadores de histórias que individual ou coletivamente subvertem as estruturas sobre as quais estão assentadas as universidades ao longo de sua história no país. A presença de indígenas na sala de aula, independente da etnia e do tipo de intervenção que é efetuada por estas pessoas nestes espaço (ativo ou quieto, falante ou silencioso, etc.), faz emergir tanto o desconhecimento e distanciamento que a maioria da população brasileira mantém da questão indígena em geral.

Os dados manejados indicam que maioria dos/das graduandos/as indígenas estão nas licenciaturas, apresentando nos últimos 3 anos uma média de 55%, pois os povos indígenas tem entre suas demandas a formação de professores/as para a construção de uma educação escolar indígena por meio dos saberes e conhecimentos tradicionais como matriz epistemológica central. Os licenciados/as representam o maior número de matriculados/as no ano de 2017 com percentual de 56%, e a maioria dos/as egressos/as também são provenientes das licenciaturas que atinge 70% do total.

O acompanhamento posterior aponta que em torno de 85% estão atuando em sua área de formação, direta ou indiretamente, e impactando suas comunidades originárias em processos que buscam a interculturalidade nos ambientes de trabalho, mesmo que não retornem especificamente para as comunidades de origem, mas atuam em consonância com ela. A pesquisadora Clarice Cohn(2017), ao discutir sobre a produção de conhecimento realizado por indígenas afirma:

Nesta ideia de uma produção de conhecimento ideal por indígenas na universidade, estudantes se vêem com mais um estereótipo: o do retorno à comunidade. De um lado, essa assunção não percebe a diversidade de situações de que vêm esses estudantes, reificando uma ideia de comunidade remota e isolada a que voltar. (COHN, 2016, p.10)

Como o estado e os municípios muito rapidamente foram sendo obrigados a abrir salas de aula para atender aos/as estudantes da Educação Básica, há estudantes de licenciaturas que iniciam a docência antes mesmo da conclusão do curso, muitas vezes como substitutos, mas em outras assumindo turmas

durante o ano letivo, além dos/as egressos/as das diferentes graduações das universidades existentes no estado. É necessário destacar que graduados/as indígenas estão atuando em escolas não indígenas, com muitos desafios, pois como relata R. A. em sua vivência “Principalmente a luta contra o preconceito que os alunos trazem de berço” e que quando percebe uma fala ofensiva ou preconceituosa contra indígenas “...para tudo e começo um discurso pra sala toda”, e a professora F.F. relatou que ao assumir aulas na primeira etapa da educação básica a convite de uma diretora de escola privada, enfrentou o preconceito dos pais que pediram por sua demissão pelo fato de ser indígena. Permaneceu na escola por 5 anos.

Relevante para esta discussão é o fato de que os/as egressos/as da UEMS dos cursos de licenciatura tem alta probabilidade de obter emprego nas escolas em áreas indígenas, sejam elas escolas indígenas ou extensões, atingindo o percentual de 90% de ingresso neste ambientes, enquanto os/as egressos/as dos cursos de bacharelado tem um intervalo de um a dois anos e meio até conseguirem atuar nas suas áreas de formação. O acesso a um emprego público como professor/a, mesmo que por meio de contratos semestrais ou anuais, ainda é motivador para a conclusão do curso, pois isto representa reconhecimento da comunidade dos conhecimentos adquiridos na universidade, fortalecimento da identidade, e na maioria dos casos, melhoria financeira para a família.

Os bacharéis necessitam um pouco mais de tempo para se inserirem em locais de sua área de formação. Os/as graduados/as em enfermagem tem um primeiro obstáculo que é o registro no órgão regulador da profissão, sem o qual não podem realizar nenhuma atividade na área de formação. Até obterem sucesso nos processos seletivos, atuam como cuidadores/as de idosos/as, de crianças doentes, e em outros locais nos quais seus conhecimentos sejam necessários. Atualmente, todos/as que decidiram seguir carreira estão empregados/as em ambientes como a SESAI, CASAI, nas secretarias de saúde das prefeituras, e alguns com cargo de gerenciamento de equipes, especialmente nas áreas indígenas.

Já os bacharéis em Direito tem o desafio de serem aprovados no exame da OAB, se tiverem interesse em ser operadores/as do direito, concurso que aprova em torno de somente 30%, o que não os impede de atuarem na área sob supervisão de outra pessoa com registro, o que tem ocorrido com certa frequência. Entretanto, a possibilidade de realizar concursos para órgãos públicos valorizados socialmente como Ministério Público e Procuradorias, tem motivado estes jovens para a conclusão do curso.

Já nas carreiras de tecnólogos, especialmente em Agroecologia, mesmo não sendo um ingresso imediato, os/as profissionais tem conseguido inserir-se nas prefeituras ou ONGs, que atendem direta ou indiretamente os povos indígenas, mas também sendo promotores/as destes/as conhecimentos que aliam conhecimentos tradicionais e acadêmicos para uma produção orgânica, nas roças e espaços familiares destinados para este fim, com retorno direto para a sua comunidade, conforme discutido anteriormente.

Considerações finais

A política de cotas étnico-raciais para ingresso nas universidades tem produzido um novo contingente de profissionais provenientes dos povos indígenas, que tem impulsionado transformações nas universidades, na sociedade e em suas comunidades de origem, nas áreas indígenas ou urbanas: nas universidades por trazerem conhecimentos a partir de outros regimes de produção e circulação desconhecidos pela maioria dos que estão neste ambiente, na sociedade por adentrarem em espaços até recentemente proibitivos para este segmento da população, e nas comunidades por dialogarem com os dois (ou mais) saberes que são compartilhados para promover e consolidar os projetos societários específicos de cada povo.

A UEMS ao prever 10% de todas as vagas para indígenas, tem como resultado 196 egressos/as em diferentes graduações, dos quais 85% estão atuando em sua área de formação subvertendo gradativamente, o quadro de exclusão a que este segmento foi historicamente relegado no processo de escolarização. Esta política deve ser continuada e qualificada de maneira que a evasão e a repetência sejam minimizadas, pois a formação de profissionais indígenas é necessária para que diferentes regimes de conhecimento sejam conhecidos e (com)partilhados, e estes sejam respeitados em todos os espaços nos quais circulem.

Os desafios são muitos para a instituição para que se torne mais receptiva aos/as indígenas, mas deve-

se reconhecer que o sucesso acadêmico apresentado, advém fundamentalmente do esforço destas pessoas em se fazerem ouvir, em fissurar as estruturas hegemônicas, e produzirem novas relações como estudante universitário e como profissionais indígenas.

Referências

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Brasília, Presidência da República, Casa Civil, 1988. Acesso em 18 de fevereiro de 2017.

_____. Lei n.º 9.394, de 20.12.96, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1997. Acesso em 20 de maio de 2018

COHN Clarice. Uma década de presença indígena na UFSCar. *Campos*, v.17 n.2, 2016

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 2.589, de 26/12/2002, que dispõe sobre reserva de vagas na UEMS para indígenas. Campo Grande-MS, 2002.

_____. Resolução COUNI nº 241 de 17/07/2003, que dispõe sobre a oferta das vagas em regime de cotas dos cursos de graduação da UEMS. Dourados – MS, 2003.

LANDA, B. S.. A formação de mulheres indígenas no ensino superior da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. In: Marisa de Fátima Lomba Faria; Alexandra Lopes da Costa; Luciana Branco Vieira. (Org.). Mulheres na História de Mato Grosso do Sul. 1ed.Dourados: EdUFGD, 2017, v. 1, p. 235-260.

MATO, Daniel. La iniciativa dos movimientos indígenas em educación superior um aporte para La profundizaci3n de la democracia. Sociales. *Nueva Sociedad*, no 227, maio/jun 2010. 18p.

NASCIMENTO, A. C.; URQUIZA, Antonio Hilário Aguilera . La escuela indígena intercultural y el diálogo de saberes. La experiencia en escuelas indígenas Guaraní y Kaiowá, Brasil. *Temas de Educación*, v. 21, p. 367-380, 2015.

XYPAS, Constatin. Condições sociológicas do êxito escolar de alunos de origem popular. *Crítica Educativa* (Sorocaba/SP), v. 3, n. 1, p. 5-18, 2017.

_____. O sucesso escolar de alunos de origem popular sob o olhar da teoria do reconhecimento social. *Ariús*, Campina Grande, v. 20, n. 1, pp. 6-20, 2014.

[\[1\]](#) REDE DE SABERES – permanência de indígenas no ensino superior, é um programa financiado pela Fundação Ford que está vigente desde o final de 2005 que reúne a parceria de quatro universidades: UEMS, UCDB, UFGD e UFMS.